

**EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2026  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 109/2026)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediado(a) na Rua Coronel Levino Lopes, nº 01, Bairro Centro, na cidade de Três Ranchos-Go realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2026**, do tipo **MENOR PREÇO DO ITEM**, objetivando a **Aquisição de produtos de gêneros alimentícios, limpeza e higiene, copa e cozinha**, para atender às demandas do Fundo Municipal de do município de Três Ranchos – GO. Conforme anexo I do termo de referência, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014.

- **Data da sessão: 14 de abril de 2026.**
- **Horário: 09:00 (nove) horas.**
- **Local: Departamento de Licitações e Contratos, situada na Av. Cel. Levino Lopes, nº 10, Centro, Três Ranchos, Goiás, CEP 75.720-000.**

### **USO DO PREGÃO PRESENCIAL**

Nos termos do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o pregão será realizado preferencialmente na forma eletrônica, admitida a forma presencial, desde que motivadamente justificada.

A adoção da forma presencial no presente certame encontra-se devidamente justificada nos autos do processo administrativo, considerando a estrutura administrativa do Município, a realidade local do mercado fornecedor e a necessidade de garantir maior competitividade, eficiência e segurança jurídica na condução da sessão pública.

A sessão será pública, com registro em ata e gravação, assegurando-se a transparência, publicidade e observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, destinados ao atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Três Ranchos – GO, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO DO ITEM**, observado as especificações técnicas constantes do Termo de Referência anexo e demais condições definidas neste

Edital, observando que o modo de disputa a ser utilizado é o “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

- 1.3. Nos termos do artigo 29 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 deverá ser considerado:
- 1.4. Especificidades da licitação e de seu objeto que será contratado, será observada as disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência);
- 1.5. A quantidade e prazos são os constantes do Anexo I, (Termo de Referência);
- 1.6. Não haverá possibilidade de prever preços diferentes para um mesmo item – quando for o caso;
- 1.7. Não haverá possibilidade de o licitante oferecer quantitativo inferior ao mínimo previsto no Anexo I (Termo de Referência);
- 1.8. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço unitário;
- 1.9. As condições para alteração de preços contratados são as previstas neste Edital;
- 1.10. Não poderá haver contratação de mais de um fornecedor para o mesmo objeto, salvo nos termos previsto neste edital;

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – artigo 164 e seguintes.**

- 3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO PRESENCIAL** ou ainda para **impugnar** este **Edital**, desde que o faça com antecedência de **até 03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.
- 3.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no Protocolo Municipal, sito a Avenida Coronel Levino Lopes, nº 17, Centro, Três Ranchos, Goiás, CEP: 75.720-000, ou encaminhadas através de e-mail no endereço: [licitacao@tresranchos.go.gov.br](mailto:licitacao@tresranchos.go.gov.br).
- 3.3. Caberá ao Pregoeiro ou autoridade competente, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias.
- 3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO PRESENCIAL**.

3.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: [licitacao@tresranchos.go.gov.br](mailto:licitacao@tresranchos.go.gov.br), nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas nos mesmos veículos de divulgação do Comunicado de Abertura da Licitação e vincularão os participantes e a administração.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. A participação neste Pregão é ampla para todas as empresas do ramo de atividade, inclusive com a possibilidade de micro e empresas de pequeno porte nos termos da Lei, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, àqueles que preenchem os requisitos do Decreto Federal nº 8.538/2015, Art. 3º c.c. Art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4.3. Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou ainda,

d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

4.4. Serão aceitos os envelopes recebidos por correio ou protocolizados antecipadamente junto ao Setor de Licitações, desde que isso ocorra antes do horário previsto para a realização da sessão pública, não havendo necessidade de representante credenciado, no entanto, a empresa estará automaticamente renunciando aos direitos consagrados àquelas empresas que estarão credenciadas.

4.5. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e

favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.

4.6. Não haverá reserva de cota tendo em vista a inexistência de no mínimo 3 (três) empresas locais e regionais do ramo, bem como em defesa do princípio da economicidade dos recursos públicos.

4.7. Os signatários deste instrumento, por força da Lei Federal nº 13.709/2018, dão ciência da utilização de dados para fins de transparência e publicidade exigidas em lei.

## **5.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1. Os recursos serão os previstos pela reserva orçamentária do exercício financeiro para 2026:

10.301.1019.2.024- Manutenção Do Fundo Municipal De Saúde;

339030 – Material de consumo.

## **6.0. DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Após a abertura da sessão do Pregão e antes da abertura das propostas, a proponente licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, por um representante devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório e a responder por sua representada.

### **Serão exigidos:**

6.1.1. Tratando-se de sócio, proprietário ou representante legal da empresa licitante, basta a juntada de documentos pessoais com foto (em original ou cópia a ser conferida com original pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio).

6.1.2. cópia simples do estatuto social, contrato social completo, requerimento de empresa individual completo ou outro instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial completa ou qualquer outro ato constitutivo de empresa registrada no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.1.3. tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, emitido pelo representante da empresa ou pela pessoa física, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea

"a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.1.4. cópia da certidão da junta comercial do ente estadual, emitida a menos de 90 (noventa) dias comprovando a condição de enquadramento da licitante, observado a responsabilidade do licitante disposta no § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.5. A critério do pregoeiro, poderá ser realizado diligência para fins de comprovação do enquadramento, inclusive quando não apresentado os documentos probante, observando a responsabilidade do participante no tocante ao disposto no artigo 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.6. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.1.7. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.1.8. A ausência de representante devidamente credenciado não implicará na exclusão da proposta, mas impedirá o licitante de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

6.1.9. Eventuais falhas nos documentos apresentados que não venham a comprometer o certame, prejudicar terceiros e não impeçam de auferir os poderes do representante e o ramo de atividade, poderão ser relevadas a critério do Pregoeiro.

6.1.10. Os documentos do Credenciamento deverão estar fora dos envelopes propostas e habilitação.

6.1.11. O representante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos apresentados sem autenticação e sem reconhecimento de firma.

6.1.12. A Administração informa que as pregoantes que não se fizerem representar por pessoa devidamente acreditada poderão encaminhar os envelopes 01- Proposta e 02- Habilitação Jurídica pessoalmente ou via correios, sabendo desde já que o não comparecimento pessoal na Sessão do presente certame gera expressa renúncia ao direito de renovação dos lances e abdicação do direito de recorrer da decisão tomada, uma vez que no caso do Pregão (art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), deve ser manifestado imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso.

6.1.13. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a Sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

6.1.14. O prazo previsto acima poderá ser reduzido caso, comprovadamente, todos os participantes já tenham se apresentado para o credenciamento. Estando todas as licitantes representadas por credenciados e, por decisão do Pregoeiro, poderá ser iniciado o ato de abertura dos envelopes contendo as propostas, dando-se por encerrado o credenciamento.

## **7.0. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO**

## ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.1. Além do CREDENCIAMENTO deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02 também, as declarações que segue:

ANEXO II - Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

ANEXO V – Modelo de declaração de empresa de pequeno porte.

ANEXO IX- Declaração dos Dados necessários para assinatura do contrato.

NOTA: As declarações deverão ser apresentadas fora dos envelopes n.º 01 e n.º 02, devendo ser entregues juntamente com o documento de credenciamento, podendo inclusive ser substituída por declaração unificada conforme modelo anexo

7.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS  
RANCHOS  
  
Envelope nº 01 - Proposta Processo nº  
/2026  
Pregão Presencial nº /2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
TRÊS RANCHOS  
  
Envelope nº 02 – Habilitação  
Processo nº /2026  
Pregão Presencial nº /2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS  
Avenida Coronel Levino Lopes, nº 17, Centro, Três Ranchos, Goiás,  
CEP: 75720-000  
  
Setor de Licitações Processo nº /2026

7.3. Quando remetidos pelos Correios, os dois envelopes do exigidos no subitem anterior devidamente identificados deverão estar acondicionados em um terceiro envelope, juntamente com os documentos de credenciamento exigidos pelo item **III - Do Credenciamento**, devidamente endereçado na forma abaixo e entregues até a hora limite, determinada no preâmbulo deste edital, com os seguintes dizeres: “A Administração não se responsabilizará pelo eventual atraso na entrega dos envelopes. Ocorrendo essa situação e não sendo protocolados os envelopes no horário determinado, a empresa será desclassificada”.

7.4. A remessa via postal implicará na renúncia do licitante em credenciar preposto para representá-lo na sessão de procedimentos do Pregão, assim como importará preclusão do direito de

ofertar lances verbais e de manifestação de intenção de recorrer, e, ainda, na aceitação tácita das decisões tomadas na sessão respectiva.

7.5. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

7.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia simples, sendo que o representante da licitante se responsabiliza pela autenticidade dos documentos, podendo o Pregoeiro promover diligência para verificação.

## **8. DO VALOR ESTIMADO (ART. 23) E DO PRAZO DO CONTRATO REGISTRO (ART.105E SEGUINTE):**

8.1. O valor total estimado para a presente contratação tem como parâmetro de preços constante dos autos é de R\$ 359.567,86 (Trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

8.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada.

## **9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”**

9.1. As propostas deverão ser apresentadas em impresso conforme o ANEXO X – MODELO DE IMPRESSO OFICIAL PROPOSTA, em envelopes fechados, rubricadas e assinadas, datilografadas ou impressas, sem emendas ou rasuras, principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto a sua autenticidade.

9.2. Na proposta a ser apresentada deverão estar inclusos todos os custos com a entrega dos produtos, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, cuja demonstração deverá ser realizada pela apresentação da Planilha de Preços e Quantitativos conforme modelo no Anexo do presente Edital, inclusive custos de transportes e fretes até o local local determinado.

9.3. Proposta deverá conter:

9.4. Preços unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

9.5. Indicação/especificação contendo marca.

9.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada

para a abertura do presente certame – suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

9.8. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

9.9. Condições de pagamento: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da comprovação do fornecimento dos produtos, pelo fiscal do contrato.

9.10. O Fundo Municipal de Saúde poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

9.11. Deve constar ainda da proposta o e-mail através do qual serão realizados os pedidos pelo Setor de Compras, bem como número de telefone do responsável.

9.12. Eventuais falhas no preenchimento da proposta que não venham a comprometer o certame ou prejudicar terceiros poderão ser relevadas a critério do Pregoeiro.

9.13. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital e seus Anexos.

#### 9.14. **DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "HABILITAÇÃO"**

9.15. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual e fechado, conforme relação a seguir:

##### **9.15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA - ARTIGO 66, LEI FEDERAL 14.133/2021**

9.15.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.15.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja verificação da autenticidade pode ser feita no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.15.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.15.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.15.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.15.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.16. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA – ARTIGO 68, LE FEDERAL 14.133/2021**

9.16.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (circulação de mercadorias), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.16.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.16.9. Os licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição ou esteja vencida, sob pena de inabilitação, nos termos do artigo 43, § 1º, Lei Complementar 123/2006 (regularidade fiscal e trabalhista postergada).

9.16.10. Declaração da empresa de que a proponente não foi apenada com declaração de inidoneidade por qualquer ente da Administração Pública – **dispensa se apresentado declaração unificada;**

**9.16.11.** Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos

termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no inciso VI do artigo 68º da lei 14.133 de 01 de abril de 2021;

**9.17. HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL - ARTIGO 67, LE FEDERAL 14.133/2021**

9.17.1. Certidões ou atestado(s) de capacidade operacional, emitido(s) em nome da empresa licitante fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acervado, comprovando o fornecimento dos produtos compatíveis em características com o objeto da licitação;

9.17.2. Os atestados deverão conter as seguintes informações mínimas: nome e cargo da pessoa que os assina;

9.17.3. Fica esclarecido que as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos entenderem necessários para a comprovação da capacidade técnico-operacional exigida neste subitem;

9.17.4. Os atestados poderão ser substituído por outra prova de que a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática no fornecimento do objeto de características semelhantes, a exemplo nota fiscal;

**9.18. HABILITAÇÃO ECÔNOMICA FINANCEIRA - ARTIGO 69, LE FEDERAL 14.133/2021**

9.18.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com prazo de expedição inferior a 60 (sessenta dias).

9.18.2. No caso de empresa licitante que esteja em recuperação judicial, apresentar nos termos da Lei, cópia do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital, nos termos da Sumula 50 do TCE/SP.

9.18.3. Autorização de Funcionamento – AFE da licitante em plena validade para os itens que for obrigatório, limpeza e higiene pessoal.

9.18.4. Alvará da Vigilância Sanitária expedido pelo Município da sede da Empresa em plena validade;

9.18.5. Alvará de Funcionamento expedido pelo Município da sede da Empresa em plena validade.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

10.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

10.2. A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de

crime de falsidade material (Art. 297 e 298 do Código Penal) ou ideológica (Art. 299 do Código Penal), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindido o seu Contrato.

10.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

10.4. Os documentos deverão ser entregues e apresentados, preferencialmente, na ordem exigida no edital.

10.5. Os documentos exigidos na habilitação poderão ser apresentados cópia simples, observando que o representante se responsabiliza pela autenticidade dos mesmos, podendo o Pregoeiro promover diligência para constatação da autenticidade.

10.6. Após a habilitação, poderá a licitante ser inabilitada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico financeira, qualificação técnica e/ou idoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

10.7. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer meio de cópia, sem necessidade de serem autenticadas (art.70, inciso I), situação em que o representante ou sócio da licitante assume total responsabilidade pela autenticidade, sem prejuízo do Pregoeiro promover diligência para verificação da mesma (art.64).

10.8. Não serão aceitos nenhum tipo de protocolo referente às certidões elencadas acima. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas, com efeito, de negativas.

10.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.10. As microempresas e de pequeno porte deverão apresentar todas as documentações exigidas acima.

10.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista elencadas, somente serão exigidas para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação desses documentos, ainda, que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação (Ex. apresentação de certidão positiva);

10.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito e emissões de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

10.13. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado a administração convocar os licitantes

remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 11. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

11.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando -se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços (**Envelope nº 01**) e os documentos de habilitação (**Envelope nº02**).

11.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

11.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme artigo 59, da lei Federal 14133/2021, sendo desclassificadas as propostas:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.5. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

12.6. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

12.7. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

12.8. Para efeito de seleção será considerado o total.

12.9. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo - se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

12.10. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em

relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

12.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 0,05 (cinco centavos)** este que poderá ser alterado a critério do pregoeiro.

12.12. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário do item 7, a etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.14. A convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, ocorrerá prontamente durante a fase de lance – portanto as licitantes não enquadradas deverão observar no momento da oferta do lance o percentual de redução.

12.15. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas.

12.16. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas.

12.17. Caso a vencedora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

12.18. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor;

12.19. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.20. Como critério de aceitabilidade da proposta classificada, será observado **(artigo 59 da Lei 14.133/21)**:

- a) vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação – permitida a diligência no caso de inexequíveis;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que

insanável.

12.21. Em ocorrendo a desclassificação devido a proposta ser em valor superior ao estimado, poderá ser convocado os demais licitantes convocados par negociação.

12.22. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.

12.23. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades sanáveis nos documentos de habilitação ou propostas poderão ser saneadas na Sessão Pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos ilegíveis, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.24. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.25. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.26. Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados neste edital para fins de habilitação, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

12.27. Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.28. A comprovação de que trata o subitem 11.3.1 deste item deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

12.29. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o item objeto do certame.

12.30. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8 deste item, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração

de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

12.31. Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas., conforme regra o artigo 61, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.32. Em seguida, abrirá os envelopes nº 02 das licitantes que aceitaram e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 12 supra.

12.33. O Fundo Municipal de Saúde procederá com o registro em documento próprio que ficará anexo ao contrato, das licitantes habilitadas que aceitarem registrar seus preços idênticos a vencedora, observada a ordem de classificação, a que alude o subitem 8 supra.

12.34. O registro a que se refere este item tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

12.35. Se houver mais de um licitante na situação de que trata item 16, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, conforme regra o

12.36. § 1º, do Artigo 61, da Lei Federal nº 14133/2021.

12.37. A critério do pregoeiro ou setor solicitante o certame poderá ser suspenso a qualquer momento para solicitação de diligência, inclusive com exigência de apresentação de documentos complementares, vedado a inclusão de documentos que deveria constar no processo desde a realização da sessão pública.

12.38. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, conforme regra o artigo 59, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. **Declarado o vencedor**, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, na própria sessão manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

13.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 13.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [licitacao@tresranchos.go.gov.br](mailto:licitacao@tresranchos.go.gov.br).
- 13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 13.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:
- 13.7. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- 13.8. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 13.9. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 13.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 13.12. **Não havendo recurso**, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

#### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 14.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.3. Quando houver erro na aceitação do preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta através de Comunicado a ser publicado nos mesmos endereços do Comunicado de Abertura do Certame.

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
- 15.2. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim

sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.3. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15.4. A execução deverão ser realizadas conforme previsão do Anexo (Termo de Referência) a ser prevista esta condição do contrato ou documento equivalente na forma da Lei.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o número da licitação e do contrato correspondente.

16.3. No pagamento da Nota Fiscal, incidirá sobre o valor da mesma, os encargos tributário devidos.

16.4. Quando o Município atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações poderá ser aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária.

16.5. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil subsequente.

16.6. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

## **17. DO CONTRATO**

17.1. Após a adjudicação e a homologação, será concluído o contrato administrativo, cuja minuta constitui anexo deste Edital.

17.2. O contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal em até 05 (cinco) dias úteis após e seu recebimento.

17.3. Constitui parte integrante do CONTRATO ADMINISTRATIVO, independente de sua transcrição, o Anexo I (Termo de Referência) bem como a proposta da futura contratada, para todos os efeitos legais.

17.4. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas fiscais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.

17.5. Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os produtos, desde que o preço registrado se encontre dentro dos praticados no mercado.

17.6. Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, serão novamente registrados em Ata e publicados.

## **18. DO PRAZO DE VALIDADE**

18.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado.

18.2. O contrato poderá ser rescindido ou mesmo suspenso nos seguintes casos:

18.3. Pela Fundo Municipal de Saúde, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva outemporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais;

18.4. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pelo Fundo Municipal, nos termos legais.

18.5. Por relevante interesse do Fundo Municipal de Saúde, devidamente justificado.

18.6. O contrato poderá ser alterado, rescindido ou suspenso conforme a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

19.1. Fica assegurado o Fundo Municipal de Saúde o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito municipal.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. A partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município e no Portal da Prefeitura Municipal, através do endereço **[www.tresranchos.gov.br](http://www.tresranchos.gov.br)**.

21.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro.

21.4. Será facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

21.5. **O Pregoeiro** poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e

não gerem a majoração do preço proposto.

21.6. Os licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada nos termos previstos na lei e no presente Edital ou seus anexos, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

21.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

21.10. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

21.11. A anulação do procedimento licitatório induz a do Contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

21.12. O resultado da licitação será divulgado nos mesmos veículos de comunicação dispostos no presente Edital e estará disponível junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal.

21.13. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.14. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

21.15. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município quanto do emissor.

21.16. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, para o mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

- Anexo III – Modelo de declaração que se encontra regular perante o Ministério do Trabalho na observância das vedações estabelecidas no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Anexo IV – Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração;
- Anexo V – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI – Declaração de que a empresa concorda e sujeitar-se-á a todos os termos do Edital;
- Anexo VII – Minuta do contrato;
- Anexo VIII – Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo IX – Dados Necessários para a assinatura do contrato;
- Anexo X – Relação dos Itens/Modelo de Proposta.

## 22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comara de Catalão, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital.

Três Ranchos-GO, aos 30 de março de 2026.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
MICHELE SANTOS DA CRUZ MARANGONI  
GESTORA**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
Processo Administrativo nº 109/2026.**

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de produtos de gêneros alimentícios, limpeza e higiene e copa e cozinha, para o Fundo Municipal de Saúde do município de Três Ranchos – GO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE 1 (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS) |         |        |  |                |               |
|-------------------------------|---------|--------|--|----------------|---------------|
| ITEM                          | UNIDADE | QUANT. | DESCRIÇÃO DO PRODUTO   | VALOR UNITÁRIO | TOTAL         |
| 1                             | PC      | 680    | CAFÉ 500 GR TORRADO E MOÍDO COM SELO DE PUREZA ABIC PACOTE COM 500 GR                | R\$ 49,90      | R\$ 33.932,00 |
| 2                             | PC      | 480    | AÇÚCAR BRANCO (Equivalente ou superior CRISTAL) 5 KG                                 | R\$ 22,09      | R\$ 10.603,20 |
| 3                             | UN      | 330    | MARGARINA COM SAL CREMOSA COM CREME DE LEITE (Equivalente ou superior A DELÍCIA) 1KG | R\$ 22,12      | R\$ 7.299,60  |
| 4                             | UN      | 50     | ÁGUA MINERAL 20 LITROS (SEM VASILHAME)   | R\$ 22,92      | R\$ 1.146,00  |

|    |    |     |  |            |              |
|----|----|-----|--|------------|--------------|
| 5  | UN | 400 | REFRINGENTE DE COLA 2 LITROS (Equivalente ou superior A COCA COLA)                           | R\$ 12,04  | R\$ 4.816,00 |
| 6  | UN | 300 | REFRIGERANTE DE GUARANÁ 2 LITROS (Equivalente ou superior AO GUARANÁ MINEIRO)                | R\$ 11,47  | R\$ 3.441,00 |
| 7  | PC | 100 | BOMBOM CHOCOLATE PRETO PACOTE 800 GR (Equivalente ou superior ao LACTA SONHO DE VALSA)       | R\$ 75,92  | R\$ 7.592,00 |
| 8  | PC | 100 | BOMBOM CHOCOLATE BRANCO PACOTE 800 GR (Equivalente ou superior ao LACTA OURO BRANCO)         | R\$ 74,49  | R\$ 7.449,00 |
| 9  | PC | 100 | BOLACHA ROSQUINHA PACOTE DE 600 GR (Equivalente ou superior A MABEL) SABORES VARIADOS        | R\$ 9,37   | R\$ 937,00   |
| 10 | UN | 760 | LEITE LONGA VIDA INTEGRAL 1 LITRO (Equivalente ou superior A ITALAC OU PIRACANJUBA)          | R\$ 7,40   | R\$ 5.624,00 |
| 11 | UN | 120 | AZEITONA VERDE EM CONSERVA COM CAROÇO, PESO LÍQUIDO 550 GR (Equivalente ou superior A ZAELI) | R\$ 22,33  | R\$ 2.679,60 |
| 12 | UN | 120 | PALMITO PUPUNHA EM CONSERVA INTEIRO VIDRO 300 GR (Equivalente ou superior AO IMPERADOR)      | R\$ 23,39  | R\$ 2.806,80 |
| 13 | CX | 120 | CAIXA DE BOMBOM (Equivalente ou superior LACTA OU NESTLÉ) - 250,6G                           | R\$ 26,27  | R\$ 3.152,40 |
| 14 | UN | 120 | SUCO DE UVA INTEGRAL 1,5 LT (Equivalente ou superior A AURORA)                               | R\$ 19,00  | R\$ 2.280,00 |
| 15 | UN | 120 | CREME DE LEITE LATA 300 GR (Equivalente ou superior AO ITAMBÉ)                               | R\$ 11,10  | R\$ 1.332,00 |
| 16 | PC | 30  | ARROZ (Equivalente ou superior AO CRISTAL) 5KG   | R\$ 30,29  | R\$ 908,70   |
| 17 | PC | 24  | FEIJÃO ROXO (Equivalente ou superior AO CRISTAL) 1 KG  | R\$ 9,10   | R\$ 218,40   |
| 18 | KG | 20  | ALHO IN NATURA, GRAÚDO DO TIPO COMUM, CABEÇA INTEIRA KG                                      | R\$ 30,66  | R\$ 613,20   |
| 19 | UN | 12  | SAL REFINADO 1KG   | R\$ 3,99   | R\$ 47,88    |
| 20 | PC | 16  | SAL GROSSO 1KG   | R\$ 2,00   | R\$ 32,00    |
| 21 | UN | 24  | ACHOCOLATADO (Equivalente ou superior AO TODDY) 370G   | R\$ 10,11  | R\$ 242,64   |
| 22 | UN | 24  | ACHOCOLATADO (Equivalente ou superior AO NESCAU) 350G  | R\$ 18,77  | R\$ 450,48   |
| 23 | UN | 50  | GELATINA SABORES VARIADOS CAIXINHA DE 20 GR  | R\$ 2,57   | R\$ 128,50   |
| 24 | UN | 30  | MANTEIGA DE LEITE 500 G (Equivalente ou superior ao PIRACANJUBA OU ITALAC)                   | R\$ 34,88  | R\$ 1.046,40 |
| 25 | PC | 15  | MILHO DE PIPOCA 400G   | R\$ 7,02   | R\$ 105,30   |
| 26 | UN | 50  | CREME DE LEITE CAIXINHA 200 GR (Equivalente ou superior AO ITALAC)                           | R\$ 4,27   | R\$ 213,50   |
| 27 | UN | 50  | LEITE CONDENSADO 395 GR CAIXINHA (Equivalente ou superior AO ITALAC)                         | R\$ 8,06   | R\$ 403,00   |
| 28 | KG | 20  | BARRA DE CHOCOLATE CONFEITEIRO 1KG (Equivalente ou superior AO HARALD)                       | R\$ 105,63 | R\$ 2.112,60 |
| 29 | PC | 20  | COCO RALADO 100G   | R\$ 4,18   | R\$ 83,60    |
| 30 | PC | 20  | CHOCOLATE GRANULADO 500G   | R\$ 17,77  | R\$ 355,40   |
| 31 | UN | 20  | CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL (Equivalente ou superior AO  | R\$ 27,89  | R\$ 557,80   |

|    |    |    |  |           |              |
|----|----|----|--|-----------|--------------|
|    |    |    | DO PAPA) 200G  |           |              |
| 32 | UN | 5  | ADOÇANTE 100ML   | R\$ 15,86 | R\$ 79,30    |
| 33 | PC | 15 | AMENDOIM TORRADO 500G  | R\$ 12,97 | R\$ 194,55   |
| 34 | PC | 15 | MILHO DE CANJICA 500G  | R\$ 6,55  | R\$ 98,25    |
| 35 | PC | 40 | MINI BALAS (Equivalente ou superior AO JUNCO) 400G   | R\$ 25,40 | R\$ 1.016,00 |
| 36 | PC | 60 | MISTURA PARA BOLO SABORES VARIADOS 400G  | R\$ 7,80  | R\$ 468,00   |
| 37 | UN | 20 | MILHO VERDE LATA 170G  | R\$ 4,91  | R\$ 98,20    |
| 38 | UN | 10 | EXTRATO DE TOMATE 850G   | R\$ 22,29 | R\$ 222,90   |
| 39 | PC | 14 | SALSICHA PACOTE 1 KG   | R\$ 12,00 | R\$ 168,00   |
| 40 | PC | 60 | SUCO EM PÓ, COM POLPA DE FRUTA, ADOÇADO, EMBALAGEM DE 250GRAMAS PARA O PREPARO DE 10 LITROS DE SUCO, PRONTO PARA O CONSUMO | R\$ 9,35  | R\$ 561,00   |
| 41 | UN | 60 | ÓLEO DE SOJA 900 ML  | R\$ 10,36 | R\$ 621,60   |
| 42 | PC | 50 | BALINHAS SORTIDAS MACIAS 500 GR  | R\$ 11,95 | R\$ 597,50   |
| 43 | KG | 12 | FARINHA DE MANDIOCA TORRADA 1KG  | R\$ 11,63 | R\$ 139,56   |
| 44 | KG | 50 | CEBOLA IN NATURA   | R\$ 6,03  | R\$ 301,50   |
| 45 | KG | 50 | TOMATE LISO, FRESCO, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, SEM MANCHAS E MACHUCADURAS.  | R\$ 8,40  | R\$ 420,00   |
| 46 | KG | 50 | MAÇÃ IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE   | R\$ 14,36 | R\$ 718,00   |
| 47 | KG | 70 | LARANJA IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE  | R\$ 8,66  | R\$ 606,20   |
| 48 | KG | 50 | MAMÃO FORMOSA IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO, SEM PRESENÇA DE BOLOR E MACHUCADURAS                | R\$ 11,12 | R\$ 556,00   |
| 49 | UN | 50 | ABACAXI IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE  | R\$ 12,18 | R\$ 609,00   |
| 50 | KG | 50 | REPOLHO IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE  | R\$ 5,94  | R\$ 297,00   |
| 51 | MO | 30 | COUVE IN NATURA MAÇO COM 6 FOLHAS  | R\$ 6,65  | R\$ 199,50   |
| 52 | KG | 50 | BANANA PRATA, GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO KG   | R\$ 8,04  | R\$ 402,00   |
| 53 | KG | 50 | BACON DEFUMADO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO  | R\$ 42,27 | R\$ 2.113,50 |
| 54 | KG | 50 | LINGUIÇA TIPO CALABRESA ACONDICIONADA EM EMBALAGEM A VÁCUO   | R\$ 31,78 | R\$ 1.589,00 |
| 55 | KG | 15 | FEIJÃO PRETO (Equivalente ou superior AO CRISTAL) PRETO 1KG  | R\$ 10,64 | R\$ 159,60   |
| 56 | UN | 30 | LEITE EM PÓ INTEGRAL (Equivalente ou superior AO NINHO) 380G   | R\$ 35,17 | R\$ 1.055,10 |
| 57 | UN | 24 | LEITE EM PÓ INTEGRAL (Equivalente ou superior AO ITALAC) 400G  | R\$ 20,12 | R\$ 482,88   |
| 58 | KG | 50 | CARNE MOÍDA DE 2ª (Equivalente ou superior AO PATINHO)   | R\$ 35,23 | R\$ 1.761,50 |
| 59 | KG | 50 | CARNE PARA COZINHAR (Equivalente ou superior AO PATINHO)   | R\$ 36,00 | R\$ 1.800,00 |
| 60 | KG | 70 | PEITO DE FRANGO, SEM PELE E SEM OSSO, INTEIRO, EMBALAGEM DE 1 KG   | R\$ 18,50 | R\$ 1.295,00 |
| 61 | KG | 70 | COXA E SOBRECOXA, EMBALAGEM DE 1 KG  | R\$ 12,23 | R\$ 856,10   |

| 62                             | KG      | 50      | COSTELA DE PORCO   | R\$ 25,75      | R\$ 1.287,50   |
|--------------------------------|---------|---------|--|----------------|----------------|
| 63                             | KG      | 50      | LOMBO DE PORCO   | R\$ 30,68      | R\$ 1.534,00   |
| 64                             | KG      | 20      | KIT FEIJOADA KG  | R\$ 20,09      | R\$ 401,80     |
| 65                             | KG      | 10      | PIMENTA DE CHEIRO IN NATURA KG   | R\$ 8,09       | R\$ 80,90      |
| 66                             | UN      | 10      | PIMENTA DO REINO, FRASCO COM 90 GR   | R\$ 10,80      | R\$ 108,00     |
| 67                             | UN      | 15      | AÇAFRÃO 400G   | R\$ 35,00      | R\$ 525,00     |
| 68                             | KG      | 50      | BATATA INGLESA IN NATURA PRIMEIRA QUALIDADE  | R\$ 7,70       | R\$ 385,00     |
| 69                             | KG      | 40      | CENOURA IN NATURA PRIMEIRA QUALIDADE   | R\$ 7,83       | R\$ 313,20     |
| 70                             | DZ      | 80      | OVOS ROXO DÚZIA  | R\$ 10,76      | R\$ 860,80     |
| 71                             | KG      | 60      | FARINHA DE TRIGO PRIMEIRA QUALIDADE 1KG  | R\$ 6,42       | R\$ 385,20     |
| 72                             | UN      | 12      | MAIONESE 495G (Equivalente ou superior AO QUERO)   | R\$ 9,01       | R\$ 108,12     |
| 73                             | UN      | 16      | ERVILHA LATA 170 GR  | R\$ 4,43       | R\$ 70,88      |
| 74                             | UN      | 12      | KETCHUP 400 GR (Equivalente ou superior AO QUERO)  | R\$ 8,37       | R\$ 100,44     |
| 75                             | UN      | 12      | MOSTARDA VIDRO 190 GR (Equivalente ou superior AO QUERO)   | R\$ 5,27       | R\$ 63,24      |
| 76                             | UN      | 50      | PAÇOCA ROLHA EMBALADAS VIDRO COM 750 GR (Equivalente ou superior AO PAÇOQUITA)   | R\$ 24,96      | R\$ 1.248,00   |
| 77                             | UN      | 16      | LEITE DE COCO 200 ML   | R\$ 5,94       | R\$ 95,04      |
| 78                             | UN      | 12      | MOLHO INGLÊS VIDRO DE 150 ML (Equivalente ou superior AO QUERO)  | R\$ 5,27       | R\$ 63,24      |
| VALOR TOTAL DO LOTE 1          |         |         |  |                | R\$ 129.727,10 |
| <b>LOTE 2 (COPA E COZINHA)</b> |         |         |  |                |                |
| ITEM                           | UNIDADE | QTDADE. | DESCRIÇÃO DO PRODUTO   | VALOR UNITÁRIO | TOTAL          |
| 1                              | PC      | 200     | GUARDANAPO FOLHA SIMPLES 23X20CM PACOTE COM 50 UNIDADES.   | R\$ 3,35       | R\$ 670,00     |
| 2                              | UN      | 9       | CAIXA TÉRMICA 34 LITROS COM TAMPAS REMOVÍVEL, EM POLIETILENO, TRAVAMENTO AUTOMÁTICO ATRAVÉS DA ALÇA SUPERIOR; COM ALÇA SUPERIOR RETRÁTIL | R\$ 147,95     | R\$ 1.331,55   |
| 3                              | UN      | 3500    | COPO DESCARTÁVEL PP 200ML  | R\$ 7,20       | R\$ 25.200,00  |
| 4                              | UN      | 2500    | COPO DESCARTÁVEL PP 50 ML  | R\$ 3,79       | R\$ 9.475,00   |
| 5                              | PC      | 30      | COLHER DESCARTÁVEL BRANCA REFORÇADA REFEIÇÃO PACOTE COM 1X50 UNIDADES  | R\$ 10,62      | R\$ 318,60     |
| 6                              | UN      | 10      | GARRAFÃO TÉRMICO 5LT (Equivalente ou superior AO TERMOLAR)   | R\$ 84,50      | R\$ 845,00     |
| 7                              | UN      | 17      | CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 6 LITROS COM TRAVA   | R\$ 38,28      | R\$ 650,76     |
| 8                              | UN      | 17      | CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 8 LITROS COM TRAVA   | R\$ 49,48      | R\$ 841,16     |
| 9                              | UN      | 12      | CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 12 LITROS COM TRAVA  | R\$ 57,50      | R\$ 690,00     |
| 10                             | UN      | 12      | CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 20 LITROS COM TRAVA  | R\$ 65,44      | R\$ 785,28     |
| 11                             | UN      | 12      | CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE 30 LITROS COM TRAVA  | R\$ 89,90      | R\$ 1.078,80   |

| 12                                | UN      | 6       | JOGO DE POTES: PORTA MANTIMENTOS, KIT EM PLÁSTICO REFORÇADO COM 5 PEÇAS, TIPO POTE COM TAMPA, COM CAPACIDADE PARA 1 2 3 4 E 5 LITROS PARA GUARDAR ALIMENTOS SEM DECORAÇÃO E SEM TEXTURA | R\$ 91,94      | R\$ 551,64    |               |
|-----------------------------------|---------|---------|---|----------------|---------------|---------------|
| 13                                | UN      | 11      | LEITEIRA MÉDIA Nº 20, 4,5 L CANECÃO ALUMÍNIO CABO BAQUELITE   | R\$ 69,47      | R\$ 764,17    |               |
| 14                                | UN      | 8       | GARRAFA TÉRMICA 1,8 L INOX (Equivalente ou superior AO TERMOLAR)  | R\$ 164,43     | R\$ 1.315,44  |               |
| 15                                | UN      | 8       | GARRAFA TÉRMICA 1 L INOX (Equivalente ou superior AO TERMOLAR)  | R\$ 121,63     | R\$ 973,04    |               |
| 16                                | UN      | 30      | ISQUEIRO GRANDE   | R\$ 8,06       | R\$ 241,80    |               |
| 17                                | UN      | 10      | ROLO DE PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 7,5M  | R\$ 7,27       | R\$ 72,70     |               |
| 18                                | PC      | 180     | PRATO REFEIÇÃO DESCARTÁVEL 21CM PACOTE COM 10 UNIDADES  | R\$ 6,44       | R\$ 1.159,20  |               |
| 19                                | PC      | 200     | PRATO DE SOBREMESA DESCARTÁVEL 15CM PACOTE COM 10 UNIDADE   | R\$ 4,70       | R\$ 940,00    |               |
| 20                                | PC      | 180     | COLHER DE SOBREMESA DESCARTÁVEL MEDINDO 12,5CM PACOTE COM 50 UNIDADES   | R\$ 5,36       | R\$ 964,80    |               |
| 21                                | PC      | 230     | GUARDANAPO FOLHAS SIMPLES 30CM X 30CM, PACOTE COM 50 UNIDADES   | R\$ 6,18       | R\$ 1.421,40  |               |
| 22                                | UN      | 100     | PRATOS DE VIDRO DIÂMETRO: 22 CM COMPRIMENTO X ALTURA: 22 CM X 3 CM  | R\$ 11,55      | R\$ 1.155,00  |               |
| 23                                | PC      | 500     | GARFO REFEIÇÃO DESCARTÁVEL 16CM, PACOTE COM 10 UNIDADES   | R\$ 7,47       | R\$ 3.735,00  |               |
| VALOR TOTAL DO LOTE 2             |         |         |   |                |               | R\$ 55.180,34 |
| <b>LOTE 3 (LIMPEZA E HIGIENE)</b> |         |         |   |                |               |               |
| ITEM                              | UNIDADE | QDTADE. | DESCRIÇÃO DO PRODUTO  | VALOR UNITÁRIO | TOTAL         |               |
| 1                                 | PC      | 1200    | ESPONJA DE AÇO - PACOTE COM 06 UNIDADES DE 45 GRAMAS  | R\$ 3,77       | R\$ 4.524,00  |               |
| 2                                 | PC      | 200     | ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, PACOTE COM 4 UNIDADES  | R\$ 6,05       | R\$ 1.210,00  |               |
| 3                                 | UN      | 450     | SABÃO EM PÓ COM ALVEJANTE 1,600KG PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDOS, CONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, CONTENDO 1,600 KG  | R\$ 32,00      | R\$ 14.400,00 |               |
| 4                                 | UN      | 320     | AMACIANTE DE ROUPAS E TECIDOS (Equivalente ou superior AO MON BIJOU) GALÃO COM 5 LITROS   | R\$ 20,47      | R\$ 6.550,40  |               |
| 5                                 | UN      | 200     | PANO FLANELA LARANJA GRANDE 38X58CM PARA LIMPEZA USO GERAL  | R\$ 5,97       | R\$ 1.194,00  |               |
| 6                                 | UN      | 200     | PANO DE CHÃO ATOALHADO FELPUDO (50X90 CM)   | R\$ 13,68      | R\$ 2.736,00  |               |
| 7                                 | UN      | 50      | COADOR DE CAFÉ PANO 20X30CM DE DIÂMETRO 100% ALGODÃO CABO DE MADEIRA  | R\$ 16,23      | R\$ 811,50    |               |
| 8                                 | PC      | 300     | PAPEL TOALHA BRANCO INTERFOLHAS 22,5X20 CM, 2 DOBRAS, PACOTE COM 1.000  | R\$ 31,90      | R\$ 9.570,00  |               |

|    |    |     |   |            |               |
|----|----|-----|---|------------|---------------|
| 9  | UN | 180 | INSETICIDA SPRAY MULTI 420ML  | R\$ 23,65  | R\$ 4.257,00  |
| 10 | UN | 60  | VASSOURA DE PALHA CAIPIRA CABO DE MADEIRA   | R\$ 21,72  | R\$ 1.303,20  |
| 11 | UN | 50  | VASSOURA USO INTERNO 30CM CERDAS SINTÉTICAS MACIAS E RESISTENTES QUE NÃO RISCAM COM CABO LONGO  | R\$ 23,42  | R\$ 1.171,00  |
| 12 | UN | 40  | ESCOVA SANITÁRIA PARA VASO SANITÁRIO REFORÇADA SEM SUPORTE  | R\$ 10,76  | R\$ 430,40    |
| 13 | UN | 50  | RODO PLÁSTICO 30CM, BORRACHA DUPLA, CABO LONGO  | R\$ 20,65  | R\$ 1.032,50  |
| 14 | UN | 24  | BALDE COM ALÇA DE FERRO REFORÇADO PRETO PEDREIRO COM PEGA MÃO E PEGADOR CAVIDADE ERGOMETRICO BALDE FORTE 15 L   | R\$ 26,23  | R\$ 629,52    |
| 15 | CX | 20  | FÓSFORO DE SEGURANÇA EXTRA LONGO CX COM 50UN  | R\$ 6,37   | R\$ 127,40    |
| 16 | UN | 120 | DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO COM GLICERINA GALÃO COM 5 LITROS  | R\$ 46,83  | R\$ 5.619,60  |
| 17 | UN | 432 | LIMPADOR MULTIUSO 500ML   | R\$ 10,75  | R\$ 4.644,00  |
| 18 | UN | 140 | ALVEJANTE SEM CLORO 1L  | R\$ 11,93  | R\$ 1.670,20  |
| 19 | FA | 150 | PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA SIMPLES, PICOTADO, SOMENTE NA COR BRANCA, MEDINDO 30 M X 10 CM, COM RELEVO, COMPOSTO DE 100% DE CELULOSE VIRGEM, TUBETE MEDINDO 4,0 CM DE DIÂMETRO, NÃO RECICLADO, FARDO COM 64 ROLOS, (CONTENDO 16 PACOTES COM 4 UNIDADES CADA) | R\$ 90,72  | R\$ 13.608,00 |
| 20 | PC | 150 | SACO PARA LIXO COR PRETO 100 LITROS REFORÇADO PACOTE COM 100 UNIDADES   | R\$ 80,13  | R\$ 12.019,50 |
| 21 | PC | 100 | SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100L COR BRANCO (PACOTE COM 100 UNIDADES) COM ESCRITA DE INFECTANTE   | R\$ 107,85 | R\$ 10.785,00 |
| 22 | PC | 150 | SACO PARA LIXO COR PRETO 60 LITROS REFORÇADO PACOTE COM 100 UNIDADES  | R\$ 46,90  | R\$ 7.035,00  |
| 23 | UN | 300 | ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS   | R\$ 20,92  | R\$ 6.276,00  |
| 24 | PC | 70  | SABÃO EM BARRA NEUTRO COM GLICERINA PACOTE 5 X200G  | R\$ 14,33  | R\$ 1.003,10  |
| 25 | UN | 160 | SABONETE LÍQUIDO BACTERICIDA PARA MÃOS 5 LITROS   | R\$ 47,71  | R\$ 7.633,60  |
| 26 | UN | 160 | HIPOCLORITO 1% 5 LT   | R\$ 25,41  | R\$ 4.065,60  |
| 27 | UN | 360 | ÁLCOOL LÍQUIDO 70% 1 LT   | R\$ 14,37  | R\$ 5.173,20  |
| 28 | UN | 150 | DESINFETANTE CONCENTRADO DE CITRONELA 120ML   | R\$ 12,30  | R\$ 1.845,00  |
| 29 | UN | 80  | SHAMPOO PARA BEBÊ LIVRE DE PARABENOS, SULFATOS E CORANTES (Equivalente ou superior AO JOHNSON'S BABY REGULAR) 400ML   | R\$ 36,36  | R\$ 2.908,80  |
| 30 | UN | 80  | CONDICIONADOR INFANTIL LIVRE DE PARABENOS, SULFATOS E CORANTES (Equivalente ou superior AO JOHNSON'S BABY REGULAR) 200ML  | R\$ 41,39  | R\$ 3.311,20  |

|                             |    |     |  |            |                       |
|-----------------------------|----|-----|--|------------|-----------------------|
| 31                          | UN | 500 | SABONETE EM BARRA INFANTIL GLICERINADO 70G<br>(Equivalente ou superior AO POM POM)                     | R\$ 5,87   | R\$ 2.935,00          |
| 32                          | PC | 80  | LENÇO UMEDECIDO (Equivalente ou superior AO<br>JOHNSON'S BABY RECÉM NASCIDO) PACOTE COM 96<br>UNIDADES | R\$ 25,64  | R\$ 2.051,20          |
| 33                          | UN | 60  | CERA AUTO BRILHO LÍQUIDA PARA PISO PAVIFLEX<br>GALÃO 5 LITROS  | R\$ 139,25 | R\$ 8.355,00          |
| 34                          | UN | 12  | DISPENSADOR REFORÇADO COM RESERVATÓRIO<br>PARA SABONETE LÍQUIDO  | R\$ 58,00  | R\$ 696,00            |
| 35                          | UN | 30  | LIXEIRA BRANCA 50 LT COM PEDAL PLÁSTICO<br>REFORÇADO   | R\$ 128,33 | R\$ 3.849,90          |
| 36                          | UN | 25  | LIXEIRA PRETA 100 LT COM PEDAL PLÁSTICO<br>REFORÇADO   | R\$ 310,40 | R\$ 7.760,00          |
| 37                          | PC | 240 | FRALDA DESCARTÁVEL P PACOTE COM 30 UNIDADES<br>(Equivalente ou superior AO CREMER)                     | R\$ 39,60  | R\$ 9.504,00          |
| 38                          | PC | 50  | SACO PARA LIXO COR PRETO 40 LITROS REFORÇADO<br>PACOTE COM 100 UNIDADES                                | R\$ 27,50  | R\$ 1.375,00          |
| 39                          | UN | 40  | BORRIFADOR DE ÁGUA 500 ML REFORÇADO  | R\$ 14,74  | R\$ 589,60            |
| VALOR TOTAL DO LOTE 3       |    |     |  |            | R\$ 174.660,42        |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b> |    |     |  |            | <b>R\$ 359.567,86</b> |

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme Decreto Municipal nº 1.207 de 30 de março de 2023.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada.

1.4. A ata de registro de preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação acima descrita, será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, tem como objeto da presente licitação a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E HIGIENE E COPA E COZINHA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS – GO, justifica-se:

2.2. A presente justificativa tem como objetivo fundamentar a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e itens de copa e cozinha, é necessária para garantir o funcionamento adequado do Fundo Municipal de Saúde de Três Ranchos – GO. Esses materiais asseguram condições de higiene, segurança, organização e acolhimento, além de contribuir para a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Assim, a aquisição é indispensável para manter o funcionamento regular e seguro dos serviços de saúde do município.

2.4. O demonstrativo dos quantitativos, com as respectivas memórias de cálculo encontram-se em anexo a este Termo de Referência.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Deverá ser observado o regramento legal vigente. (Lei Federal 14.133/2021), e demais regulamentações municipais sobre a matéria;

3.2. Os produtos de mercado em geral deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) dias a partir da emissão da ordem de compra, devendo ser entregues em sacos plásticos transparentes acondicionados junto de forma que preserve as embalagens e qualidades dos produtos.

3.3. Os produtos a serem fornecidos devem ser de alta qualidade, atendendo às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, como prazos de validade adequados, condições de armazenamento e transporte que garantam a integridade e segurança dos alimentos, e conformidade com as normas sanitárias vigentes.

3.4. Os produtos como carnes, frangos e embutidos deverão ser entregues semanalmente *in natura* acondicionados em sacos plásticos transparentes com **validade superior a 10 (dez) dias**.

3.5. Os produtos deverão ser entregues nos endereços, Av. Cel. Levino Lopes, nº420, Centro, Três Ranchos-GO, na Secretaria Municipal de Saúde, nos horários das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

3.6. Realizar as entregas de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando os horários e locais previamente definidos.

3.7. Substituir, sem custos adicionais, produtos que apresentem defeitos, estejam fora do prazo de validade ou não atendam às especificações contratuais.

3.8. O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros fornecidos. O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a municipalidade. O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

3.9. Havendo desrespeito injustificado aos prazos ou de descumprimento das demais obrigações estabelecidas, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação pertinente.

3.10. Se após a comunicação formal a CONTRATADA se recusar, demorar, negligenciar ou

deixar de eliminar os vícios, defeitos ou inadequações do objeto deste Termo de Referência, ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, podendo ainda a CONTRATANTE requisitar reparação dos eventuais danos e prejuízos provocados.

3.11. Todos os gêneros perecíveis e não perecíveis devem ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos produtos.

3.12. Os produtos deverão estar sobrepostos em paletes e/ou em caixa de polietileno higienizadas quando necessário, com exceção dos ovos que poderão ser acondicionados em embalagem de papelão e/ou isopor, e/ou polietileno atóxico.

3.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.14. Não será exigida garantia para a contratação.

3.15. Garantia do produto, Manutenção e Assistência Técnica:

3.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

3.17. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. As entregas acontecerão de forma parcelada em até 3 (três) dias contados após a emissão da ordem de fornecimento, que será encaminhada pelo Departamento de Compras ou pelo gestor do contrato.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2.1. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço, Av. Cel. Levino Lopes, nº420, Centro, Três Ranchos-GO, na Secretaria Municipal de Saúde, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda à sexta-feira.

4.2.2. As frutas e verduras por se tratar de alimentos *in natura*, altamente perecíveis, todos os produtos devem conter embalagem própria, sendo que serão rejeitados quando não atenderem a qualidade descrita na cláusula primeira.

4.2.3. As carnes devem conter embalagem com data de validade, indicando data mínima de validade de 10 (dez) dias e com boa aparência e cor, sendo que os alimentos perecíveis serão rejeitados quando não atenderem a qualidade descrita na cláusula primeira.

4.3. Os produtos deverão ser entregues com prazo mínimo correspondente a **70% (setenta por**

**cento) do prazo total de validade**, contado da data de fabricação, excetuando-se os produtos hortifrutigranjeiros in natura, que deverão apresentar grau adequado de maturação, frescor e condições próprias para consumo.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. A garantia será prestada com vistas na entrega dos produtos dentro dos padrões de qualidade para consumo, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.8. O prazo indicado para entrega, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.9. O custo referente ao transporte dos produtos para sua entrega será de responsabilidade do Contratado.

## **5. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO**

5.1. A ata/contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre a gestão/fiscalização do contrato e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O gestor da ata/contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. A execução da ata/contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.5. O fiscal da ata/contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.6. O fiscal da ata/contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as

ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da ata/contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.8. O fiscal da ata/contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata/contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata/contrato.

5.10. O fiscal deve comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

5.11. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata/contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

5.13. O gestor coordenará o acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.14. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

5.16. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.17. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme

o caso.

5.18. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.7 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal nº 1.207 de 30 de março de 2023.

6.8 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de habilitação inicial.

6.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos e apresentação da Nota Fiscal com aceite.

6.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado poderão ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

6.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2. A documentação necessária para habilitação será aquela prevista no edital.

## **8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O valor estimado para contratação é de **R\$ 359.567,86 (Trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

## **9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Três ranchos-GO para o exercício 2026.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**05.10.10.301.1019.2.024 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.**

**339030 – MATERIAL DE CONSUMO**

**Ficha 384 -Fonte 102**

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Três Ranchos-GO, aos 30 de março de 2026.

---

**MICHELE SANTOS DA CRUZ MARANGONI**

**CPF: 000.390.641-82**

**Secretária Municipal de Saúde**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE  
PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**Referência: Pregão Presencial n° /2026**

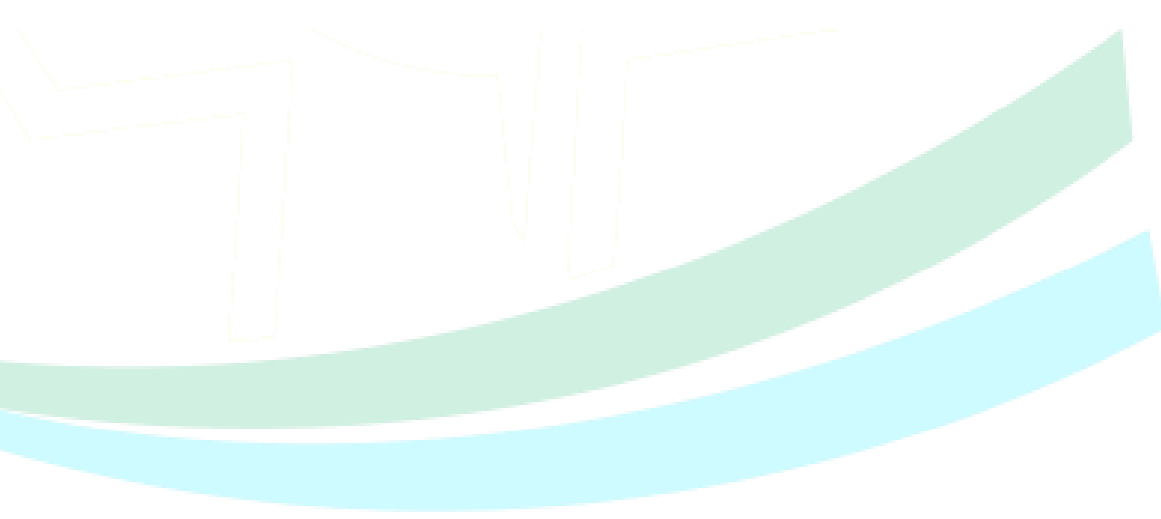
A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data não existem fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no certame licitatório, Pregão Presencial n° /2026, ciente da obrigatoriedade de declarar

ocorrências posteriores, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Local e data.

---

Assinatura e carimbo do Representante Legal



**A N E X O III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O  
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_ /2026**

..... inscrito no CNPJ N....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n e do CPF n.....DECLARA para fins do disposto nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no inciso VI do artigo 68º da lei 14.133 de 01 de abril de 2021 da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva caso emprega menor: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ( )

Local e Data

---

Assinatura e carimbo do representante legal

*ANEXO IV*

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR  
COM A ADMINISTRAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° \_\_\_\_/2026**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ n.º \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (ou procurador) Sr. \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório pregão presencial n° /2026, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**Local e Data**

---

**Assinatura e carimbo do representante legal**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE OU EQUIPARADOS.**

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Referência: Pregão Presencial n° \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do Edital do **Pregão Presencial n° \_\_\_\_/2026**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014;

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

EQUIPARADOS. Declara ainda que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, não se enquadrando em quaisquer vedações constantes no § 4° do art. 3° da referida lei.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal

Obs. Documento devidamente carimbado e assinado pelo representante legal.

ANEXO VI

*DECLARAÇÃO DE CONCORDA COM EDITAL*

**PREGÃO PRESENCIAL Nº /2026**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, declara à Prefeitura Municipal de Três Ranchos-Go, para fins de participação no Pregão Presencial nº /2026. **Declara** para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos as condições e as disposições contidas no Edital e seus anexos e manifestamos nosso acordo com as mesmas.

Estamos cientes que a apresentação de nossa proposta implica na aceitação dos Termos do Edital de Pregão Presencial nº /2026, e seus anexos, nos exatos termos da legislação vigente.

Local e Data

---

Assinatura e carimbo do representante legal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Nº

**O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Três Ranchos, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.446.297/0001-37, com sede na Av. Cel. Levino Lopes, nº 17, centro, representada neste ato pela Gestora, **MICHELE SANTOS DA CRUZ MARANGONI**, brasileira, casada, servidora pública, inscrita no CPF sob o nº 000.390.641-82 e portadora do RG nº 4571924 – SSP/GO, residente e domiciliada na cidade de Três Ranchos/GO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº /2026, publicada no ..... de ...../...../2026, processo administrativo n.º .... /2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº .../2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

|            |  |                   |       |            |          |             |
|------------|--|-------------------|-------|------------|----------|-------------|
| Item do TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |                   |       |            |          |             |
| X          | Especificação  | Unidade de medida | Marca | Quantidade | Valor Un | Valor total |

### 3. Órgão (s) gerenciador e praticante (s)

3.1. O órgão gerenciador será o Fundo Municipal de Saúde.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, mediante prévia autorização do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. As aquisições ou contratações adicionais por órgão ou entidade não participante não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada item na Ata, por órgão aderente.
- 4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, de acordo com o Art. 86, § 5º, da Lei nº 14.133/2021
- 4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 4.6. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e haja anuência do fornecedor, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
  - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação, constituindo mera

expectativa de direito ao fornecedor registrado.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por meio de contrato, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação do certame, será convocado o licitante vencedor para assinatura da Ata no prazo estabelecido no edital, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções legais:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. Poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, o prazo para assinatura da Ata, desde que solicitado e devidamente justificado.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a

redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto

nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital .

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das

ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

---

Assinatura do representante legal

**ANEXO IX**  
**DADOS NECESSÁRIO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO**

---

**Contratada**

---

**Razão Social**

---

**CNPJ**

---

**Endereço**

---

**e-mail Institucional**

---

**Telefone**

---

**Nome do Representante**

(Responsável pela assinatura do contrato)

---

**Cargo**

---

**CPF**

---

**RG (órgão expedidor)**

---

**Data de Nascimento**

---

**Endereço Residencial Completo**

---

**e-mail Pessoal**

---

**Telefone**

---

ANEXO X

**MODELO DO FORMULÁRIO**  
**PROPOSTA**

Prezados Senhores,

I- Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, e as cláusulas e condições do Pregão Presencial n.º /2026.

II - Propomos Ao Fundo Municipal de Saúde de Três Ranchos, cujo objeto .....para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QNT. | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|-------------------|------|-------|----------------|-------------|
| 01   |           |                   |      |       |                |             |

Valor por e do total da proposta: ( ) Razão Social do Proponente: ( )  
( ) CNPJ (MF): ( )

Inscrição Estadual: ( ) Endereço:

Bairro:

CEP:

TELEFONE/FAX:

II - Declaramos conhecimento integral dos termos do Edital da presente licitação e seus anexos, em especial ao prazo de entrega, condições de pagamento dos itens e aos demais atos editalícios aos quais sujeitamos.

IV- Declaramos que o prazo de validade de nossa proposta é de (no mínimo) 60 (sessenta) dias.

Local, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa